



ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE: POSSÍVEIS RELAÇÕES

Fábio J. Ferraz (1); Ioshiaqui Shimbo (2)

(1) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana – Universidade Federal de São Carlos, Brasil

– e-mail: fjerraz@hotmail.com

(2) Departamento de Engenharia Civil – Universidade Federal de São Carlos, Brasil

– e-mail: shimbo@power.ufscar.br

RESUMO

O conceito de sustentabilidade é caracterizado pelas dimensões ambiental, econômica, social, ético-cultural e político-institucional, entre outras. Por outro lado, traz consigo implícito relações espaço-temporais onde local e global, presente e futuro se interpõem. Recentes teorias sobre desenvolvimento têm incorporado a temática da sustentabilidade aos seus estudos ao mesmo tempo em que tratam de fazê-lo sob uma abordagem territorial e endógena, considerando que a sociedade e suas relações sociais internas têm fundamental importância no processo de desenvolvimento do território em que estão situadas. A economia solidária, por sua vez, sendo caracterizada por práticas socioeconômicas baseadas em auto-gestão, cooperação e solidariedade, pode ser considerada como estruturadora de processos de desenvolvimento local que têm a sustentabilidade como condição *sine qua non* e como resultado final. O objetivo desse trabalho é evidenciar um encadeamento de processos que relacionam as práticas econômicas solidárias, o desenvolvimento do território em que essas práticas se dão e a condição de sustentabilidade que os mesmos ensejam. A estratégia geral da pesquisa caracteriza-se por análise da literatura concernente aos três temas em separado, levantamento das principais variáveis em questão e explicitação de relações entre as mesmas. Os resultados obtidos indicam que a economia solidária, por guardar em si as dimensões que são imanentes ao conceito de sustentabilidade, pode ser um importante instrumento de política pública na busca do desenvolvimento sustentável. Tais resultados buscam contribuir para o debate interdisciplinar que permeia as discussões em torno do desenvolvimento e de sociedades mais saudáveis.

Palavras-chave: sustentabilidade; desenvolvimento local; economia solidária.

ABSTRACT

The concept of sustainability is characterized by the environmental, economical, social, ethical and cultural, political and institutional dimensions, among others. On the other hand, it brings forth spatial and temporal relations whereby local and global, present and future intervene all together. New theories about development have added the idea of sustainability to its studies doing this over a territorial framework, considering that the society and its social relations have a fundamental importance in the process of the territorial development where they are settled. The solidary economy, in its turn, once being characterized by socioeconomic practices based on auto-management, cooperation and solidarity may be considered as a structurer of processes of local development with the sustainability as *conditio sine qua non* and as a final result. The objective of this work is to show a chain of processes which relates the solidary economic practices, the development of the territory in which these practices happen and the condition of sustainability these processes demand. The general strategy of the research is characterized by the analysis of the literature concerned with the three issues and the search for the main variables concerned and to explicit the relations among them. The obtained results indicate that the solidary economy, by keeping the dimensions immanent to the concept of sustainability, can be a important tool of public policies in leading to the sustainable development. This work intents to contribute to the interdisciplinary debate which permeates the discussion about development and better-living societies.

Key-words: Sustainability; local development; solidary economy.

1. A Economia Solidária como Base para um Paradigma Alternativo de Desenvolvimento

Com a hegemonia neoliberal instituída nas últimas duas décadas do século XX, presenciamos um agravamento das condições socioeconômicas de grande parte da população dos países subdesenvolvidos. Apesar de os defensores dessa política proclamar que mercados livres produzem maior eficiência e bem-estar a todos, o que a realidade nos mostra é uma enorme concentração de renda e um aumento da pobreza e da exclusão social. Problemas como baixo nível educacional, falta de acesso a serviços de saúde, altos índices de desemprego e precarização do trabalho, aumento da criminalidade e destruição da família acabam por produzir círculos perversos de exclusão que só tendem a reproduzir mais pobreza tornando o quadro da situação social cada vez mais insustentável (KLIKSBURG, 2002).

Como reação a esse quadro periclitante, testemunhamos um aumento da economia popular, entendendo-se por isso como *“o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais”* (ICAZA & TIRIBA apud CATTANI, 2003: p.101).

Dentro da economia popular, encontramos práticas econômicas que, para além da primeira, evidenciam um caráter coletivo, cooperativo e solidário. Para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a economia solidária é

fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular (FBES, 2003: p.3).

Os trabalhadores, uma vez expostos ao desemprego, à sub-ocupação, ao trabalho precarizado ou informal, decidem-se por buscar alternativas de geração de renda que, muito mais do que a busca pelo lucro, são pautadas por objetivos de reprodução ampliada da vida e de emancipação econômica e social.

A economia solidária vem ao longo dos últimos quinze anos ganhando amplitude como movimento social e também como objeto de políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais. Por conta disso, nota-se um aumento de estudos acadêmicos sobre essa temática, assim como o surgimento de novas linhas e objetos das pesquisas que os caracterizam.

As primeiras práticas econômicas cooperativas modernas surgiram como alternativa ao capitalismo numa época em que o movimento operário passava por um período de tensão muito forte, no auge da revolução industrial. Nos dias de hoje, seu renascimento – de forma razoavelmente diferenciada – se dá em meio ao crescente desemprego estrutural e à precarização das relações de trabalho resultantes do ajuste neoliberal, do desenvolvimento tecnológico e da globalização econômico-financeira que tomou conta do cenário mundial e latino-americano nessas últimas três décadas (SINGER, 2002).

A economia solidária surge, pois, como alternativa de geração de trabalho e renda para aqueles que foram excluídos do mercado capitalista. Seus empreendimentos se dão nas esferas da produção, da distribuição, do consumo, da poupança e do crédito e podem tomar a forma de cooperativas, associações, clubes de trocas, empresas autogestionárias, fundos rotativos, etc. Tais práticas econômicas estão crescendo não só no Brasil mas em vários países da América do Sul assim como em várias outras partes do mundo (SINGER, 2003).

Essa ‘reinvenção’ cooperativista - que recebe diversas denominações tais como economia solidária, socioeconomia solidária, economia social, economia do trabalho, economia da dádiva, entre outras - traz consigo valores próprios aos primeiros movimentos operários, quais sejam: solidariedade, cooperação, autogestão, igualdade de direitos e deveres, responsabilidade mútua, etc.

A solidariedade e a cooperação como formas de intermediação da informação e como ligação entre indivíduos pode beneficiar a coletividade. Segundo Armando de Melo Lisboa (2003), *“nesta era de informação, a inteligência, a riqueza e o poder são crescentemente coletivos, nascem do compartilhamento e não da posse”*. Dessa forma, a emergência da solidariedade e da cooperação pode

fazer com que as práticas econômicas se voltem para seu sentido moral. Tais práticas são particularmente visíveis no seio de uma família, na vizinhança e na comunidade.

É por esse espectro, então, que podemos entender melhor como e quando se dá a substituição da moral utilitarista pela moral da solidariedade. E é nesse sentido que a economia solidária pode vir a ser considerada como prática fundamental para o fomento da solidariedade e da cooperação em um sentido mais amplo numa dada comunidade ou localidade.

A economia solidária e o cooperativismo, tais como são entendidos hoje em dia, guardam espaços de discussão em relação às suas origens, sentidos e propostas. Por um lado, temos uma distinção evidente de apreensão de tais conceitos entre teóricos de países centrais e países periféricos, como os da América do Sul, e por outro, uma discussão profícua entre esses últimos.

Luís Razeto, ao explicar a origem da economia solidária, entende-a como uma resposta à crise da civilização moderna, “*como uma busca por uma nova estrutura de sociedade que seja capaz de constituir uma nova relação estrutural entre economia, política e cultura, em que a solidariedade – entendida aí como democratização das três esferas da vida social – seja o elemento ético fundador e preponderante*” (CRUZ, 2006: p. 42). Como fica claro, esse autor busca situar a economia solidária num movimento de criação de uma nova ética e de uma nova estrutura de sociedade baseada na solidariedade. Segundo ele, tal movimento seria composto por vários processos sociais em andamento os quais estariam tencionando as estruturas sociais, políticas e culturais na direção dessa nova ética e dessa nova estrutura de sociedade.

José Luiz Coraggio desenvolveu suas teorias buscando modelos alternativos à forma de estruturação neoliberal e que fossem compostos por um amplo conjunto de iniciativas, relações e redes formadas por empreendimentos que tinham o fator trabalho como elemento de reprodução e que poderiam ser de caráter informal, familiar, cooperativo, autogestionário, etc, que ele chama de *economia social*. Seus esforços ulteriores buscam formulações teóricas sobre um tipo desenvolvimento que leve em conta a centralidade no “local” para contrapor o vínculo do desenvolvimento global e de âmbito macro. Toma como base que uma teoria alternativa de desenvolvimento deve levar em consideração questões outras que as do paradigma de desenvolvimento vigente. São perguntas como essas que essa nova teoria deve responder:

¿Cómo organizamos nuestra capacidad de trabajo para poder, desde abajo, desde lo local, priorizar nuestras necesidades, definir nuestros recursos y proponer cómo la satisfacemos comenzando con lo nuestro? ¿Cómo nos articulamos solidariamente con otras localidades para crear un poder social de base territorial que se contraponga al poder del gran capital y de sus agentes en el Estado nacional y local? ¿Qué programa puede generar consenso y solidaridad horizontal para ese propósito? ¿Cómo reinstalamos una cultura de derechos humanos y sociales, la autoestima y el orgullo de ser lugareños y a la vez ecuatorianos, argentinos, latinoamericanos? ¿Cómo se reconstruye una comunidad local a partir de sociedades heterogéneas, desiguales, injustas? ¿Cómo recuperar nuestra historia productiva, nuestra historia de modos de vida, de las instituciones que fueron erosionadas por el Estado uniformador de la diversidad? ¿Cómo activamos las capacidades para sostenernos con lo nuestro y así generar un entorno capaz de descubrir y aprovechar oportunidades en el sistema más amplio de la economía? (CORAGGIO, 2003: p. 15)

Segundo esse autor é possível construir uma economia centrada no desenvolvimento das capacidades do trabalho da sociedade, tanto em nível local quanto global, considerando iniciativas do Estado e da sociedade e que tenha a reprodução ampliada da vida de todos como o objetivo maior.

Paul Singer, muito preocupado com a economia solidária enquanto sistema econômico e sua relação com o sistema hegemônico capitalista, procura definir como e em que medida as bases da economia solidária se diferenciam desse último. Para ele,

desenvolvimento solidário [é] um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma (SINGER, 2004: p.7).

Um conceito de economia contrastante com o conceito de economia formalista, baseada na lógica do interesse e da escassez e que identifica o fato econômico com a noção de mercado, foi desenvolvido por Karl Polanyi e é muito próxima da visão aristotélica da economia como sendo a ciência da boa gestão da casa. Esse conceito, chamado de como economia substantiva, entende-a como sendo “*um processo institucionalizado de interação entre o homem e a natureza que permite um provisão regular de meios materiais para a satisfação de necessidades*” (CAILLÉ apud FRANÇA FILHO & SANTANA JUNIOR, 2008: p.3). Esse conceito torna a economia bastante ampla abrangendo toda e qualquer forma de produção e de distribuição de riqueza e se denomina *economia plural*.

Nessa *economia plural* figuram basicamente três sub-tipos de economia, tal como nos mostram França Filho e Laville (2004): a) uma economia mercantil, caracterizada pelo mercado auto-regulado de princípios utilitários; b) uma economia não-mercantil, baseada no princípio da redistribuição praticada por um Estado que arrecada e redistribui riqueza; e c) uma economia não monetária, caracterizada por valores de reciprocidade e orientada pela lógica da dádiva. Para esses autores, a economia solidária atua no sentido de articular todas essas três formas de economia buscando ajustar as disfunções do sistema econômico vigente.

Ainda que esse debate teórico-conceitual esteja longe de acabar, a economia solidária vem sendo considerada como um passo concreto que vem dar uma consistência e uma credibilidade maiores aos objetivos de fundação de uma nova arquitetura mundial (GAIGER, 2004) ou ainda de um paradigma alternativo de desenvolvimento.

2. O Desenvolvimento como um Processo muito além do Crescimento Econômico

Nos últimos anos, tem-se constatado o aparecimento e fortalecimento de novos conceitos de desenvolvimento, para não dizer de “um” novo conceito, já que a grande maioria converge para uma mesma base paradigmática que privilegia o não-linear, o holístico, o probabilístico, o subjetivo, o dialógico e a complexidade.

Pode-se, então, inferir pela literatura acadêmica recente (KLIKSBURG, 2000, 2002; FUKUYAMA, 2003; GALLICCHIO, 2002; MILANI, 2005) e pelos relatórios de agências internacionais (PNUD, CEPAL, Banco Mundial, FAO, OCDE, entre outras) que as variáveis econômicas são insuficientes para que se produza desenvolvimento social e ambientalmente sustentável e que fatores de ordem sociocultural e político-institucional impactam reconhecidamente na comunicação entre indivíduos e atores sociais, aumentando o grau de solidariedade e cooperação entre os mesmos e daí gerando melhores formas de interação social.

Ao mesmo tempo, novas teorias e políticas propõem que – diferentemente do desenvolvimento econômico em nível nacional liderado por governos centrais – as políticas de desenvolvimento sejam pensadas em nível territorial, regional e local de forma a levar em conta as particularidades de cada região e de seus atores locais (SOUZA FILHO, 2006; BOISIER, 1996).

As recentes teorias sobre desenvolvimento local assentam-se no conceito de *endogenia* considerando que a sociedade e suas relações sociais internas têm fundamental importância no processo de desenvolvimento do território em que está situada. A sociedade, através de suas formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, torna-se o principal agente da modernização e da transformação socioeconômica em uma região (BOISIER, 1997). Entende-se, pois, sob essa ótica, que é a sociedade quem lidera e realiza o seu próprio processo de desenvolvimento, mobilizando os fatores produtivos disponíveis em seu território utilizando-se de seus valores e instituições locais como agentes de comunicação e operacionalização de tal processo. Um dado processo de desenvolvimento está, então, intrinsecamente ligado às características dos arranjos sociais e das relações cívicas encontradas em uma dada localidade.

Um enfoque diferente na maneira de entender o desenvolvimento apareceu já há mais de trinta e cinco anos quando o economista Dudley Seers em 1970 questionou o significado de desenvolvimento

buscando relacioná-lo à realização do potencial da pessoa humana no que diz respeito à sua alimentação, ao nível de pobreza, ao emprego e à igualdade/equidade (SEERS apud BOISIER, 2003).

Uma segunda proposta conceitual para o termo em questão foi apresentada por M. Max-Neef, A. Elizalde e M. Hopenhayn em 1986 em um artigo intitulado “Desarrollo a la Escala Humana” no qual propunham “*una teoría de las necesidades humanas fundamentales y una concepción del desarrollo que rompe radicalmente con las visiones dominantes que lo hacen análogo al crecimiento económico*” (ELIZALDE, 2000: p. 51).

Poucos anos mais tarde, tais questionamentos surtiram efeito e se materializaram em forma de um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) consubstanciado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e inspirado por idéias de Amartya Sen, Mahbub ul Haq e Richard Jolly, entre outros. Tal índice vem sendo publicado desde 1990 pela instituição em seu Relatório Anual e vem enriquecendo sobremaneira o debate sobre o desenvolvimento.

Muito além da instituição do índice de desenvolvimento, o PNUD vem fazendo uma discussão contínua sobre o conceito ampliado de desenvolvimento humano, quais suas causas e conseqüências para os países e suas populações. É patente, para o PNUD, a valoração não-material de tal conceito. Dimensões como o empoderamento, a cooperação, a equidade, a sustentabilidade e a segurança em seus sentidos mais amplos são a tônica dos estudos dessa instituição.

Para enriquecer ainda mais esse debate e para acabar de vez com a hegemonia dos economistas em relação ao mesmo, levando-o definitivamente para o plano da intangibilidade e da complexidade, o então secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Gali publicou, em 1995, o relatório “An Agenda for Development” onde definiu cinco dimensões para o desenvolvimento e reforçou a discussão sobre inter e multidisciplinaridade, quais sejam: a) a paz como fundação; b) a economia como o motor do progresso; c) o meio ambiente como base para a sustentabilidade; d) a justiça como o pilar da sociedade; e e) a democracia como princípio para a boa governança (BOUTROS-GALI apud BOISIER, 2003).

Um novo elemento que, em princípio, não recebera muita atenção das teorias acima mencionadas é a situação geográfica em que se dão os processos de desenvolvimento. Tendo-se em consideração que o espaço é um componente fundamental nas ciências econômicas e sociais e que é no *lugar* que a vida se desenvolve em todas as suas dimensões, a espacialização/territorialização do desenvolvimento passa, assim, a ter centralidade nessa discussão.

Para Boisier (1999), o território é simplesmente um recorte da superfície terrestre. Mas, como recorte da superfície terrestre, ele apresenta ao menos três características: a) é um território natural, onde são levados em conta os elementos primários da natureza, sem penetração ou intervenção humanas; b) é um território equipado, fruto da intervenção humana, caracterizado por sistemas de transportes, hidráulicos, atividades agrícolas, extrativas, etc e; c) é um território organizado, onde existe uma comunidade que se reconhece como tal e em relação ao território que habita, que se regula mediante dispositivos jurídicos e político-administrativos. Nesse sentido, ao falarmos de desenvolvimento territorial, estamos levando em conta todas as três características, em especial a última que nos dá uma noção melhor de estratégia e ação. Ainda mais, o *territorial* do desenvolvimento nos dá a noção de qual a escala geográfica do processo em questão: se estamos tratando do mundo, do continente, de um país, região, estado, micro-região, município ou, ainda, de uma comunidade específica. Portanto, pode-se dizer que o conceito de desenvolvimento territorial é bastante amplo e abrange outros conceitos tais como os de desenvolvimento regional e desenvolvimento local.

Dentre as diversas matrizes de origem em que se assentam as teorias de desenvolvimento territorial/local, uma conceituação sob uma lógica de regulação horizontal entre centro e periferia pode ser dada por Sérgio Buarque:

Desenvolvimento local é um *processo endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades

sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o *desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa*, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também alguma forma de *integração econômica com o contexto* regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças [...] exigindo competitividade e especialização (BUARQUE apud BOISIER, 1999: p. 10-11).

Sobre a acepção do termo *desenvolvimento endógeno*, o mesmo é resultado da reação às práticas e ao pensamento sobre desenvolvimento territorial predominante nas décadas de 50 e 60. Ainda que exista uma força propulsora de natureza exógena - dado o contexto da globalização, com alta mobilidade do capital – o desenvolvimento deve ser considerado cada vez mais endógeno à medida que se apóia na cultura e na sociedade locais.

3. Sustentabilidade e Desenvolvimento: Termos Contraditórios?

A partir da década de 70 do século passado, com o agravamento dos efeitos negativos das ações humanas sobre o meio ambiente, a comunidade internacional - em especial, a ONU e suas subsidiárias - iniciou um movimento caracterizado por debates e estudos criticando o modelo de desenvolvimento em vigência pela geração de degradação ambiental e pobreza como subprodutos da opulência e da concentração de renda.

Em 1972, o Clube de Roma - um grupo de estudiosos que se reuniu pra discutir as causas e conseqüências socioambientais desse modelo - lançou o relatório “Os Limites do Crescimento”, no qual se propunha o “*crescimento zero*” como forma de equilibrar a estabilidade econômica com a estabilidade ecológica buscando evitar a saturação do modelo referido (ARAÚJO, 2005). No mesmo ano, a ONU promoveu, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, com o intuito de se discutir aspectos relativos ao meio ambiente. Tal conferência gerou uma mensagem positiva em relação à exequibilidade de projetos ambientalmente adequados e que promovessem um desenvolvimento socioeconômico mais equitativo (TEIXEIRA ET AL, 1998).

Como resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), foi lançado em 1987 um trabalho intitulado “Nosso Futuro Comum”, muito conhecido como Relatório Brundtland, onde, da relação entre desenvolvimento e meio ambiente, foram lapidados dois novos conceitos: sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Cinco anos mais tarde, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, tais conceitos foram instrumentalizados através do documento denominado Agenda 21, um plano de ação no qual, por meio de programas, se definiram objetivos, metas, atividades e meios de implementação para se atingir a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável.

O conceito de sustentabilidade, desde que entrou no debate público internacional, adquiriu tamanha complexidade a ponto de se tornar um conceito interdisciplinar. Segundo Acselrad (1999), várias são as matrizes discursivas que permeiam o mesmo, dentre as quais se encontram: 1) a *matriz da eficiência*, que busca racionalizar o uso de bens não-econômicos de escala planetária; 2) a *matriz da escala*, que intenta criar um limite quantitativo ao uso dos recursos naturais; 3) a *matriz da equidade*, que pretende articular princípios de justiça social e ecologia; 4) a *matriz da auto-suficiência*, pregando a auto-regulação da produção e consumo das comunidades e de economias e sua desvinculação dos fluxos do mercado mundial; e 5) a *matriz da ética*, que busca definir um código de conduta relativo às interações da base produtiva com a continuidade da vida no planeta.

Desde os primeiros estudos sobre os temas, a relação entre sustentabilidade e desenvolvimento sempre foi muito controversa, já que a primeira surgiu como um conceito caracterizado por uma crítica às desigualdades sociais e aos prejuízos ambientais gerados pelo segundo, bem como para contestar a reprodução daquele ao longo do tempo.

De acordo com diversos autores, ao se considerar a sustentabilidade uma qualidade de determinado processo e/ou território, deve-se fazê-lo sob as mais diversas dimensões, em especial a social, a econômica, a ecológica, a espacial ou geográfica e a cultural, tendo-se em conta que todas estão intimamente conectadas. Ou seja, não é somente a sustentabilidade dos recursos ambientais que se deve levar em conta mas também as relações sociais e as formas de apropriação dos recursos ambientais de determinado território.

O Relatório Brundtland preconizava que os países em desenvolvimento não seguissem o mesmo padrão de desenvolvimento que caracteriza os países de primeiro mundo mas que utilizassem tecnologias menos prejudiciais ao meio ambiente. Entretanto, não tocou num ponto central na discussão que é a questão da redistribuição dos recursos, que poderia trazer maiores benefícios ambientais e sociais (TEIXEIRA ET AL, 1998).

Nesse sentido, a utilização do termo desenvolvimento sustentável sem restrições pelos ideólogos do atual modelo, por agências internacionais e por consultores técnicos sugere uma necessidade de correção de rumos para que a proposta do desenvolvimento seja resgatada, as mazelas sociais e ambientais superadas e seu futuro garantido. Por outro lado, instituições do terceiro setor e movimentos sociais vêm tomando o conceito de sustentabilidade como uma possibilidade de substituir ou renovar a idéia de progresso para que se torne um novo princípio ordenador do desenvolvimento baseado no empoderamento das populações (ACSELRAD, 1998). O que está claro, no entanto, é que ainda tais conceitos estão em disputa por diversos grupos pretendendo adequá-los aos seus interesses.

De qualquer forma, a Agenda 21 propõe parâmetros bastante claros na instrumentalização de tais conceitos: a) coloca a responsabilidade da execução de um novo projeto de desenvolvimento nas mãos dos governos nacionais; b) torna a sociedade civil, organizações internacionais, nacionais e sub-regionais como co-responsáveis; c) dá à relação entre necessidades humanas, atividades econômicas e degradação ambiental um papel central no processo bem como ao planejamento e gerenciamento no uso dos recursos ambientais em consonância com as condições e características das populações locais. Assim, o envolvimento dos diferentes atores de um dado território no planejamento democrático das questões socioambientais e de desenvolvimento torna-se um elemento inovador (ARAÚJO, 2005).

De forma análoga, ao se englobar as várias dimensões da sustentabilidade e do desenvolvimento, o que sobressai, uma vez mais, é a centralidade do “lugar” em que essas dimensões se materializam. É, portanto, sobre um sistema de referência territorial que tanto a sustentabilidade quanto um processo de desenvolvimento sustentável devem ser estruturados.

4. Economia Solidária, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade: Constituintes de um Novo Paradigma

A economia solidária, o desenvolvimento local e a sustentabilidade são, todos os três, temas ainda em discussão uma vez que refletem a experiência de fenômenos e discursos contemporâneos que guardam entre si similaridades e diferenças. Ainda assim, o que é latente em todos os estudos concernentes a tais temas é que todas as atividades a eles ligadas acontecem num dado território e manifestam as dimensões econômica, social, ambiental, ético-cultural, político-institucional, entre outras tantas. Mais ainda, não só manifestam como exigem um equilíbrio entre tais dimensões.

A economia solidária, como manifestação de uma necessidade primeira de geração de trabalho e renda para a sobrevivência individual se inter-relaciona com a necessidade de resolução dos problemas da comunidade de uma maneira coletiva. Por conta dessa singularidade, individual e coletiva, por criar outras relações e funções para além das relações econômicas (questões sociais, de defesa das minorias, de saúde, educação, preservação ambiental, etc), busca dar um sentido moral às relações econômicas tal como era existente anteriormente ao estabelecimento da hegemonia capitalista. Nesse sentido, atua também como uma crítica ao sistema econômico capitalista global fazendo parte do conjunto do que se denomina de *economia alternativa* buscando um novo padrão de desenvolvimento humano, social e ecologicamente sustentável. Ao mesmo tempo, a economia solidária, baseada na solidariedade, na

cooperação e na auto-gestão, coloca-se como uma nova forma de racionalidade econômica já que é possível produzir com eficiência econômica, social e ambiental nessa “nova” organização do trabalho.

O desenvolvimento local, ainda que tenha se tornado uma espécie de fórmula mágica para a solução de todos os problemas de uma dada localidade, vem, ao longo do tempo, perdendo sua dimensão eminentemente econômica e empresarial para evidenciar um todo complexo no qual as outras dimensões são igualmente necessárias e fundamentais. Tal como evidenciado por diversos autores, o desenvolvimento local só pode ocorrer na medida em que os atores sociais do território em questão, levando em consideração suas particularidades, tornam-se senhores do processo, se articulam, criam e constroem um processo sustentável de incremento da qualidade de vida de todos os seus habitantes.

A sustentabilidade, do mesmo modo, vem categoricamente deixando de ser um conceito arraigado aos preceitos puramente ecológicos para evidenciar as articulações com as outras dimensões e as interferências das mesmas no equilíbrio ecológico-ambiental. Em realidade, o conceito de meio ambiente entende que o ser humano e a sociedade são constituintes centrais de suas inter-relações.

As relações entre economia solidária, desenvolvimento local e sustentabilidade se dão, portanto, na mesma medida em que as várias dimensões desse debate se relacionam entre si. Assim, cabe aqui uma breve discussão sobre cada uma das principais dimensões no tocante a esses três conceitos:

- a) *dimensão econômica*: a economia solidária pode jogar um papel de articuladora das diferentes relações - mercantis, não mercantis e não monetárias, de modo a gerar emprego, renda e consumo bem como melhorar a distribuição da renda e diversificar a economia. Um dado processo de desenvolvimento local, no que tange a esse aspecto, ficará fortalecido uma vez que não centrará suas ações meramente na produção mas igualmente na demanda por produtos. A empresarialização do processo não será constituinte principal fazendo com que não se tenha um ou outro setor-chave. Essa relação oferta-demanda fortalecida tende a dar sustentabilidade ao desenvolvimento local, bem como aos empreendimentos econômicos;
- b) *dimensão social*: a economia solidária, pelas relações que se criam dentro de suas práticas, tende a gerar maior coesão social, maior confiança, maior comunicação entre os indivíduos, ajuda mútua, etc. Esse aumento de *capital social* no território é fundamental para alavancar o desenvolvimento da localidade. No que tange à sustentabilidade, um maior desenvolvimento social tende a fazer com que as populações controlem seu crescimento demográfico melhorando ainda mais os aspectos sociais;
- c) *dimensão ético-cultural*: a economia solidária fomenta o sentimento de pertencimento dos indivíduos ao local, assim como incrementa os laços dos indivíduos com os costumes e valores. Um processo de desenvolvimento local só poderá ser convincente se for marcado por características culturais que delineiem as fronteiras desse território. Do contrário, tenderá a ficar esparsa no espaço. Portanto, o enraizamento das atividades nesse território deve ser respaldada por um conjunto de valores e costumes próprios do território. No que tange à sustentabilidade, essa dimensão exige um comportamento que fortaleça o grau de afirmação identitária do território;
- d) *dimensão político-institucional*: a economia solidária, por sua característica auto-gestionária e participativa tende a incitar a democracia participativa em outras instâncias. Tende também a criar espaços públicos não-estatais para resolução de problemas comuns. Consequentemente, esses espaços não-estatais devem se encontrar com os poderes públicos orientando processos decisórios e criando políticas públicas mais eficientes. O mesmo é válido para os processos de desenvolvimento e da busca pela sustentabilidade que só podem transcorrer positivamente se esses novos atores sociais vierem a emergir;
- e) *dimensão ambiental*: a economia solidária vem, desde suas primeiras experiências criando meios de produção que sejam diferentes dos convencionais. Essa característica talvez seja oriunda de uma ampliação da solidariedade social para uma solidariedade ambiental e temporal. Importa dizer que a economia solidária busca a utilização de tecnologias que sejam mais limpas e mais eficientes uma vez que o desperdício é algo bastante combatido em seu meio. Nesse sentido, o desenvolvimento só pode se entender como tal enquanto embasado em

um território ambientalmente sustentável.

Tais são algumas das dimensões que interagem continuamente formando um emaranhado de relações extremamente complexas e que consideram inúmeras variáveis. Da mesma forma, tais conceitos, muito mais do que serem deduções do campo científico, são instituídas através da lógica das práticas, como bem frisa Acsehrad (1999), “*onde efeitos práticos considerados desejáveis são levados a acontecer*”. Nesse sentido, são funções práticas que uma vez conceituadas servem de uso a diversos atores sociais. E tais usos servem de base para os mais diversos discursos. Interessa notar como a sociedade, o setor privado e o Estado podem se apropriar diferentemente de cada um deles. E é por conta dessa diversidade também que diversas pesquisas estão em andamento buscando dar um maior embasamento teórico aos três conceitos e às suas derivações teóricas.

6. Conclusões

Uma vez que estamos tratando da lógica das práticas, tendemos a acreditar que a economia solidária deve ser considerada como pedra fundamental de um processo de desenvolvimento local e da busca pela sustentabilidade, levando em consideração que suas práticas integram as dimensões concernentes a tais processos. Não que o fará como sistema econômico hegemônico. Mas pode fazê-lo na medida em que atue como a argamassa de uma “economia plural”, tal como idealizada por Polanyi.

É interessante notar que todos os três temas separadamente têm, ao longo dos últimos anos, servido de objeto para a atividade de milhares de ativistas e organizações que buscam seu fortalecimento enquanto movimentos sociais (e também ancorados em estudos científicos) para deixarem de ser práticas isoladas e localizadas e se expandir a ponto de mostrar resultados significativos num âmbito macro. Ou seja, modificar o modelo de desenvolvimento ora tido como o “oficial”.

Portanto, cabe a todos os atores sociais – principalmente aos envolvidos com essas temáticas - promover uma ampla concertação que se reflita na consecução de políticas públicas estruturadas e no engajamento de toda a população no estabelecimento de novas práticas que façam coro ao movimento global de crítica ao sistema econômico capitalista e que promovam melhorias reais na qualidade de vida nos territórios e no globo como um todo.

7. Referências

ACSELRAD, H. **Discursos da sustentabilidade urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº 1, ANPUR, 1999.

ARAÚJO, P.S.O. **Desenvolvimento Local e Sustentabilidade**. Texto extraído da Dissertação de Mestrado defendida pelo autor na UFRN em 12/05/2005. Capturado em www.desenvolvimentolocal.org.br em 13/01/2006.

BOISIER, S. **Desarrollo Local: De qué estamos hablando?**. Santiago de Chile: 1999. Capturado em <http://www.cedet.edu.ar/sitio/administracion/agenda/boisier.pdf> em 20/08/2006.

_____. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, 1996. Capturado em www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp13/boisier.pdf em 22/06/2006.

_____. **Y si el Desarrollo fuese una Emergencia Sistémica?** Revista del CLAD Reforma y Democracia, nº 27. Caracas, 2003.

CATTANI, A. **A Outra Economia**. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

CORAGGIO, J.L. **El Papel de la Economía en la Práctica del Desarrollo**. Documento preparado para el módulo “Teoría y práctica del desarrollo local” en el Programa de especialización superior en “gestión y desarrollo local”, organizado por la Universidad Andina y CIUDAD; Quito, Junio, 2003.

CRUZ, A.C.M **A Diferença da Igualdade: A Dinâmica da Economia Solidária em Quatro Cidades do Mercosul**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Economia, UNICAMP, Campinas, 2006.

ELIZALDE, A. **Desarrollo a Escala Humana: Conceptos y Eexperiencias**. Revista Interações, V.1, nº 1: Campo Grande, 2000.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Publicação de Apresentação. FBES: Brasília, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.L. **A Economia Solidária: uma Abordagem Internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G.C.; SANTANA JUNIOR, G. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma Contribuição para Redefinição de Sustentabilidade a partir da Análise de Três Casos na Bahia**. Capturado em www.dowbor.org em 17/01/2008.

GAIGER, L.I. **A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, V. 47, nº 4, 2004, pp. 799 a 834.

GALLICCHIO, E. **Teorías del Desarrollo y Desarrollo Local en América Latina**. Montevideo, CLAEH: 2002. Capturado em www.desarrollolocal.org em 22/10/2006.

ICAZA, A.M.S.; TIRIBA, L. **Economia Popular**. In CATTANI, A. A Outra Economia. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

KLIKSBERG, B. **América Latina: Uma Região de Risco – pobreza, Desigualdade e Institucionalidade Social**. Trad. de Norma Guimarães Azeredo. Brasília: UNESCO, 2002.

_____. **Capital Social y Cultura: Claves Olvidadas del Desarrollo**. Buenos Aires: BID/INTAL, 2000.

LISBOA, A.M. **Solidariedade**. In CATTANI, A. A Outra Economia. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. Projeto de Pesquisa “Capital Social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia” (2002-1005). Capturado em 20/09/2005.

SINGER, P. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário**. Estudos Avançados Ano 18 nº 51, 2004. Mimeografado.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA FILHO. J.R. **Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação**. Capturado em <http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html> em 12/05/2006.

TEIXEIRA, B.A.N.; SILVA, R.S.; SILVA, S.R.M.; FIGUEIREDO, G.A.B. **Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Ambiental: Breve Históricos e Conceitos Básicos**. Mimeografado: São Carlos, 1998.